



**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS
DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS**

Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2019

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

CONTEÚDO

Relatório dos auditores independentes

Quadro 1 – Balanço patrimonial

Quadro 2 – Demonstração do resultado do período

Quadro 3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Associados da

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para a opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa Opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser no caso de dissolução, extinção ou cessação de suas atividades, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Belo Horizonte, 30 de março de 2020.

QUADRO 1**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS****BALANÇOS PATRIMONIAIS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018****(Em R\$1)**

Ativo	Notas explicativas	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.791.381	2.833.150
Contas a receber	4	470.612	513.574
Outros créditos		13.139	8.006
Total do ativo circulante		2.275.132	3.354.730
Não circulante			
Imobilizado Líquido	5	3.539.130	3.107.221
Intangível		4.818	10.530
Total do ativo não circulante		3.543.948	3.117.751
Total do ativo		5.819.080	6.472.481

QUADRO 1 (Página 2)**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS****BALANÇOS PATRIMONIAIS****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018****(Em R\$1)**

	Notas explicativas	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		178.340	92.049
Obrigações sociais	6	268.832	376.083
Empréstimos e financiamentos	7	12.965	240.477
Outras obrigações		546	-
Subvenções/Projetos/Convenios a realizar	8	1.000.513	1.646.204
Total do passivo circulante		1.461.196	2.354.813
Patrimônio líquido			
Patrimônio social		4.357.884	4.117.668
Total do patrimonio social		4.357.884	4.117.668
Total do passivo e patrimônio líquido		5.819.080	6.472.481

QUADRO 2**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS****DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT (DÉFICT) DO EXERCÍCIO****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018****(Em R\$1)**

	Notas explicativas	2019	2018
Receita Operacional			
De convênios/programas/projetos Sociais	10	4.055.773	3.650.346
Promoções e eventos		152.513	161.191
Socios/contribuições/doações		463.386	507.023
Educacionais		100	511
Extraordinárias		1.026.689	1.025.527
Isenções usufruídas (INSS)	11	772.931	703.292
Trabalho Voluntario		281.688	271.416
Conselho Regional		-	207
		6.753.080	6.319.513
Despesas Operacionais			
Despesas administrativas		(571.497)	(514.503)
Despesas com pessoal	13	(3.338.633)	(2.984.392)
Contribuições (INSS)		(772.931)	(703.292)
Despesa com consumo		(1.229.673)	(1.206.231)
Despesa de manutenção		(331.649)	(229.167)
Trabalho Voluntario		(281.688)	(271.416)
Conselho Regional		-	(3.725)
		(6.526.072)	(5.912.726)
SUPERAVIT ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		227.008	406.787
Receitas financeiras		47.673	53.073
Despesas financeiras		(36.666)	(76.414)
SUPERAVIT LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		238.015	383.446

QUADRO 4**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018****(Em R\$1)**

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.193.789	540.434	3.734.223
Superávit do exercício	-	383.446	383.446
Saldos em 31 de dezembro de 2018	3.193.789	923.880	4.117.669
Ajuste conta Patrimonio Social	2.200	-	2.200
Superávit do exercício	-	238.015	238.015
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.195.989	1.161.895	4.357.884

QUADRO 5**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARÁ DE MINAS****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA****EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018****(Em R\$1)**

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do exercício	238.015	383.446
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		
Ajuste despesa administrativa Projeto Pronas	2.200	-
Depreciação e amortização	123.273	120.618
Juros sobre empréstimos e financiamentos	26.755	68.515
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(26.002)	(67.806)
Baixas de bens do imobilizado	-	1.108
Doações recebidas de bens do ativo imobilizado	-	(2.650)
Resultado ajustado	364.241	503.231
(Aumento) Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	42.962	5.578
Outros créditos	(5.133)	1.197
Aumento (Redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	86.291	(36.436)
Obrigações sociais	(107.251)	35.048
Outras obrigações	546	(582)
Subvenções/Projetos/Convenios a realizar	(645.691)	(174.493)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(264.035)	333.543
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(549.469)	(44.455)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(549.469)	(44.455)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(228.265)	(186.461)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(228.265)	(186.461)
(Redução) / Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(1.041.769)	102.627
Demonstração da variação		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.833.150	2.730.523
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.791.381	2.833.150
Variação	(1.041.769)	102.627

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 e 2018
(Valores expressos em Reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pará de Minas (APAE de Pará de Minas), fundada em 26 de março de 1969, é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de assistência social, educação, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, tendo sede e foro no município de Pará de Minas, estado de Minas Gerais. Tem por missão promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, com as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, sendo regulamentadas pela Lei nº 6.404/76 e em especial a ITG 2002, destinada a Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/12, de 21 de setembro de 2012.

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Entidade em 30 de março de 2020.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base “pro rata temporis” até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

b) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no princípio contábil da competência.

c) Contas a Receber

São registradas e mantidas pelo valor dos serviços prestados e faturados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e demais convênios. A provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) é constituída em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos.

d) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

Ganhos e perdas na alienação e/ou baixa de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e/ou baixa com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja necessário. Não houve alterações relevantes nas vidas úteis revisadas em 2019.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Entidade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e) Provisão para Férias

Calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, acrescida dos respectivos encargos sociais.

f) Doações e Subvenções

As doações e subvenções para custeio são contabilizadas em conta de receita.

g) Empréstimos e Financiamentos

São acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, se aplicável, até a data do balanço.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

O saldo está assim representado:

	R\$	R\$
	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	516	1.640
Depósitos bancários à vista	5	27.574
Aplicações financeiras	1.790.859	2.803.936
Poupança	1	-
	1.791.381	2.833.150

4. CONTAS A RECEBER

O saldo é assim representado:

	R\$	
	31/12/2019	31/12/2018
SUS	236.500	236.500
Prefeitura Municipal de São José da Varginha	55.180	55.180
FNAS / FMAS	103.514	77.636
Prefeitura Municipal de Onça do Pitangui	1.480	740
Pref Municipal de Igaratinga	9.620	14.800
Pipa	46.000	30.000
Oficina Ortopédica Teto Mac	61.379	74.357
Oficina Ortopédica Teto FAEC	12.119	79.541
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(55.180)	(55.180)
	470.612	513.574

5. IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido dos encargos de depreciação, composto da seguinte forma:

	R\$	R\$
Composição	31/12/2019	31/12/2018
Veículos	364.693	364.693
Móveis e utensílios	357.578	322.398
Máquinas e equipamentos	268.572	258.506
Computadores periféricos e similares	184.173	146.445
Acervo bibliotecário	8.131	8.131
Bens imóveis	4.007.781	3.545.140
Total do custo reavaliado	5.190.928	4.645.313
Depreciações acumuladas	1.651.798	1.538.092
Saldo Imobilizado liquido	3.539.130	3.107.221

A movimentação do ativo imobilizado no ano de 2019 e 2018 pode ser assim demonstrada:

	R\$		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.604.318	(1.432.797)	3.171.522
Aquisições	47.105	-	47.105
Depreciação /Amortização	-	(110.298)	(110.298)
Baixas	(6.111)	-	(6.111)
Baixas por venda	-	5.003	5.003
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.645.312	(1.538.092)	3.107.221
Aquisições	549.469	-	549.469
Depreciação /Amortização	-	(117.560)	(117.560)
Baixas	(3.853)	-	(3.853)
Baixas por venda	-	3.853	3.853
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.190.928	(1.651.799)	3.539.130

6. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

O saldo está assim representado:

	<u>R\$</u>	<u>R\$</u>
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Salários a pagar	-	166.162
Provisão férias	207.998	159.748
INSS a recolher	18.011	15.167
FGTS a recolher	22.367	20.524
PIS a recolher	4.440	3.995
Outros valores	16.015	10.487
	268.832	376.083

7. EMPRÉSTIMOS A PAGAR

Em 31 de dezembro, este subgrupo está assim subdividido:

	<u>R\$</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Curto prazo		
Caixa Econômica Federal	-	228.265
Tutor/Casa lar	12.965	12.211
	12.965	240.477
Longo prazo		
Caixa Econômica Federal	-	-
	12.965	240.477

Os empréstimos tiveram as seguintes destinações:

(a) Empréstimos junto à Caixa Econômica Federal

Atualmente, a APAE de Pará de Minas emprega 100 pessoas, apresentando uma folha de pagamento equivalente a R\$ 220.000,00/média mês. Os salários são reajustados anualmente, conforme índice definido em convenção coletiva de trabalho.

Os repasses financeiros dos governos federal, estadual e municipal que compõem as receitas são realizados em 12 parcelas, tendo a APAE que complementar recursos para pagamento do 13º salário, um terço de férias e no caso de rescisão trabalhista.

Os valores dos convênios da APAE estão sem reajuste há vários anos, porém as despesas com pessoal (devido ao aumento salarial anual), tributos (água, luz, telefone, internet) e manutenção da estrutura física são reajustados anualmente.

Com o propósito de equilibrar o fluxo de caixa da Entidade, a Administração contraiu empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, consignado ao SUS, uma vez que no início de cada exercício social realiza-se a renovação de convênios firmados com os órgãos públicos, contudo, este processo de renovação, quase sempre, gera atraso no repasse de recursos nos primeiros meses, afetando o fluxo de caixa da APAE.

(b) Tutor/ Casa Lar – Contrato de Mútuo

Empréstimo obtido para capital de giro, contratado a taxa de poupança, sem prazo de vencimento.

8. SUBVENÇÕES/PROJETOS/CONVENIOS A REALIZAR

Esta conta está representada por recursos captadas pela Entidade, provenientes de projetos aprovados pelo Ministério da Saúde no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), conforme regras definidas pela Portaria nº 1.550, de 29 de julho de 2014, do Ministério da Saúde e outros.

O prazo de execução do projeto e demais condições seguem o conteúdo estabelecido no Termo de Compromisso firmado entre a APAE de Pará de Minas e o Ministério da Saúde.

As despesas e receitas do projeto são apropriadas mensalmente no resultado, em montantes equivalentes, obedecendo o regime de competência e as contas estão segregadas por projeto.

A APAE de Pará de Minas presta contas anualmente ao Ministério da Saúde sobre a realização dos projetos, conforme previsto pela Portaria nº 1.550.

No final de 2017 o Ministério da Saúde autorizou a captação de mais um projeto pelo PRONAS, denominado “**Projeto Música em Movimento - Assistência em Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência na Apae Pará de Minas**”, tendo como finalidade implantar um novo serviço de assistência em habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência na APAE de Pará de Minas, beneficiando assim 30 pessoas com atividades de reabilitação por meio da música. A Entidade foi autorizada a captar o valor de R\$ 358.892,04, contudo, o valor arrecadado foi de R\$ 780.752,00. Em razão do montante arrecadado, a Entidade solicitou ao Ministério da Saúde a readequação do projeto, que foi finalizado em R\$430.670,45. Esse projeto tem prazo de execução de 24 (vinte e quatro) meses e a execução foi iniciada em setembro de 2018.

Em 31 de dezembro o saldo dessa conta está assim representado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Projeto Pronas Habilit e Reab CER II	24.712	24.712
¹ (-) Projeto Pronas Habilit e Reab CER II	(24.712)	(24.712)
Projeto Pronas Inov Tecnológica CER II	780.514	774.196
¹ (-) Projeto Pronas Inov Tecnológica CER II	(639.559)	(584.518)
Oficina Ortopédica Teto MAC	196.675	120.036
Oficina Ortopédica Teto FAEC	229.718	293.539
Incremento MAC	105.468	286.783
Projeto Pronas Música em Movimento	445.716	797.475
¹ (-) Projeto Pronas Música em Movimento	(128.819)	(41.307)
SEDESE-Casa Lar	10.800	-
Total	1.000.513	1.646.204

¹ Conta redutora que tem por finalidade demonstrar a apropriação da receita.

9. ATENDIMENTO COMUNITÁRIO E FILANTROPIA

A APAE tem como atividade preponderante a área de Assistência Social, presta serviços e realiza ações socioassistenciais de forma inteiramente gratuita, contínua e planejada para os usuários e a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação e sem a contraprestação dos mesmos. Presta serviços de habilitação e reabilitação à pessoa com deficiência e promove sua inclusão à vida comunitária.

A Assistência Social está contida no campo da seguridade social, nos termos do Artigo 194 da Constituição Federal de 1988, sendo regulamentada pela Lei nº 8.742, de 07/12/1993, alterada pelas Leis nº 9.711, de 20/11/1998, Lei nº 9.720, de 30/11/1998, Lei 12.101, de 27/11/2009 e Decreto nº 7.237 de 20 de julho de 2010, alterada pela lei 12.868 de 15/10/2013.

As atividades de assistência social da APAE de Pará de Minas, em síntese, estão em conformidade com a Resolução nº 34, de 28 de novembro de 2011 e os serviços tipificados pela Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS sendo:

- I. Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade para pessoas com deficiência e suas famílias;
- II. Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade na modalidade Acolhimento Institucional – Casa Lar.

De acordo com o § 4º artigo 35, do Decreto 7.237/10, as entidades beneficentes que prestam serviços de habilitação e reabilitação, poderão firmar ajustes com o poder público para o desenvolvimento de políticas públicas nas áreas de saúde, educação e assistência social. A APAE de Pará de Minas possui convênios com SUS, SMADS, SEDESE, MEC/FNDE/PDDE.

Na área da saúde a APAE oferta a prestação dos seus serviços ao SUS num percentual superior a 60% de sua capacidade de atendimento.

10. RECEITA DE CONVÊNIOS

Os recursos de convênios recebidos durante o exercício estão assim apresentados:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Assistência social	465.742	518.914
Assistência à saúde	3.154.534	2.625.100
Assistência a educação	268.390	287.760
Projetos Sociais	167.107	218.572
Total	4.055.773	3.650.346

11. ISENÇÕES USUFRUIDAS

Por ser Entidade Beneficente de Assistência Social, certificada pelo MDS/SNAS, a Associação usufruiu das seguintes isenções:

Descrição	R\$ 31/12/2019	R\$ 31/12/2018
INSS - Contribuição Previdenciária - Cota Patronal	772.931	703.292
	772.931	703.292

Atualmente, a Associação é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com a validade de 01/06/2018 a 31/05/2021, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social / Secretaria Nacional de Assistência Social MDS/SNAS pelo processo nº. 71.000.076396/2017-61 portaria 26/2018 item 127 de 29/01/2018, publicado no diário oficial da União seção 31/01/2018.

12. PROFISSIONAIS CEDIDOS

Para realização de suas atividades a Entidade, em 2019, contou com 30 (trinta) profissionais cedidos, sendo 13 (quinze) profissionais pela Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais, 01 (um) pela Secretaria do Estado da Saúde e 16 (dezesesseis) profissionais pela Prefeitura Municipal de Pará de Minas.

13. DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal estão assim representadas:

Descrição	31/12/2019					Total
	Assistência Social	Assistência a Saúde	Assistência a Educação	Pronas Inovação Tecnológica	Pronas Musicoterapia	
Salários	773.175	1.409.246	144.149	43.795	60.893	2.431.258
13ª Sálario	46.053	143.526	13.638	4.291	4.923	212.431
Férias	98.980	200.569	17.936	5.722	6.564	329.771
FGTS	95.884	173.334	18.778	5.353	6.197	299.546
Vale Transporte	12.398	1.022	935	-	-	14.355
Ajuda de Custo	11.925	5.953	-	-	-	17.878
Outras Despesas	10.946	19.239	1.848	634	727	33.394
Total	1.049.361	1.952.889	197.284	59.795	79.304	3.338.633

Descrição	31/12/2018					Total
	Assistência Social	Assistência a Saúde	Assistência a Educação	Pronas Inovação Tecnológica	Pronas Musicoterapia	
Salários	707.920	1.249.324	136.781	101.089	12.860	2.207.974
13ª Sálario	62.511	101.147	12.358	8.939	1.367	186.322
Férias	83.887	152.471	16.478	11.919	1.822	266.577
FGTS	94.180	144.105	15.365	11.324	1.364	266.338
Vale Transporte	6.880	1.770	332	-	-	8.982
Ajuda de Custo	10.399	3.947	-	-	-	14.346
Outras Despesas	11.423	18.528	2.310	1.422	170	33.853
Total	977.200	1.671.292	183.624	134.693	17.583	2.984.392

14. COBERTURA DE SEGUROS

A Associação mantém cobertura de seguros de veículos, bem como de incêndio, roubo e danos causados por agentes naturais, dos prédios, considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas com sinistros.

Silvia Lima
Presidente

Contadora
Débora Cristina Meireles
CRC/MG- 108.124

* * * * *